

DETEN
QUÍMICA S.A.

DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CENÁRIO ECONÔMICO - O ano de 2022 foi um ano difícil para a economia mundial. Os preços subiram muito rapidamente, em parte pela guerra na Ucrânia e em parte ainda pelos efeitos econômicos da pandemia dos anos anteriores. Muitos países elevaram rapidamente suas taxas de juros, o que comprometeu o seu crescimento econômico. As pressões inflacionárias que já estavam presentes quando a economia global emergiu da pandemia foram severamente agravadas pela guerra. Isso impulsionou ainda mais o aumento dos preços da energia e dos alimentos, que ameaçam os padrões de vida das pessoas em todo o mundo. Altamente dependente do gás vindo da Rússia, a Europa sofreu com os cortes de abastecimento usados como retaliação às sanções impostas ao regime de Putin. Os preços de energia e alimentos avançaram em todo o mundo, pressionando índices de inflação e levando bancos centrais a elevar a carga de juros. Nesse contexto, a economia dos Estados Unidos teve um crescimento de 2,1% (2021: cresceu de 5,9%), a China cresceu 3% (2021: 8,1%), a Zona do Euro cresceu 3,5% (2021: cresceu de 5,2%) e a Índia cresceu 4,4% (2021: cresceu de 5,4%). Os efeitos da guerra tiveram impacto direto na perda de impulso do PIB global, após o ensaio de recuperação com o recuo da pandemia. E os riscos negativos podem piorar caso a recuperação da China atrase um pouco mais e Europa e Estados Unidos atinjam algum grau de recessão por um tempo maior que o esperado. No mercado Brasileiro, PIB de 2,9% de crescimento em 2022 (2021: 5%), o setor de serviços foi o maior responsável pelo crescimento. Além de ser o setor de maior peso, foi o

que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias foi o grande motor da economia, com alta de 4,3% no ano. Esse foi mais um número alcançado pelo efeito rebatida, após a liberação das atividades impactadas pela pandemia de Covid-19. A produção industrial fechou 2022 com um crescimento de 1,6% (2021: 4,6%). O dólar fechou 2022 cotado a R\$ 5,22 (2021: R\$ 5,58). O nível de inflação medido pelo IPCA, que fechou o ano em 5,78% (2021: 10,06%) e o aumento da taxa de juros Selic aos 13,75% (2021: 9,25%). O Brasil foi uma das primeiras economias a começar a elevar os juros no começo de 2021. As taxas de juros mais altas ajudam a conter a inflação. A queda da inflação também é atribuída à redução de impostos sobre os preços administrados. O barril de petróleo teve aumento do preço ao longo do ano e fechou colado a US\$ 82,5/barril (2021: US\$ 70,4/barril). O resultado de 2022 mostra uma desaceleração da economia em relação ao ano anterior. A produção de LAB atingiu 196,0 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 6,5%, enquanto a de LABSA atingiu 81 mil toneladas, superior ao ano anterior em 1,2%. Volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques. Em 2022, também se obtiveram bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água). **VENDAS** - Em 2022 a Companhia obteve diminuição em relação ao

ano anterior, nos volumes de vendas de LAB e LABSA, expressos em LAB equivalente: no mercado interno 170.556 t (2021: 163.997 t), decréscimo de 4,4% devido à crise econômica e no mercado externo 24.141 t (2021: 21.512 t), acréscimo de 12,24%, por maiores vendas spots totalizando 200.701 t (2021: 205.509 t), decréscimo de 2,3%. **DESEMPENHO** - O faturamento bruto de R\$ 3.346,7 milhões foi maior em 22,4% (2021: R\$ 2.733,4 milhões), em função dos maiores preços de vendas com consequência do aumento dos preços das matérias primas e do aumento do dólar. O lucro líquido atingiu R\$ 327,6 milhões, inferior ao obtido em 2021 (R\$ 488,9 milhões) em 33%, em decorrência da provisão contábil (R\$ 313,2 milhões) relativa ao processo judicial que discute a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 08 de fevereiro de 2023 e o Ofício Circular da CVM nº 1/2023/CVM/ISNC/SEP (nota explicativa 15 "b"). **GESTÃO CORPORATIVA** - Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2022.

BALANÇO SOCIAL 2022

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO - Em mais um ano atípico e cheio de desafios, a DETEN não renunciou demissões em função da pandemia nem reduziu jornadas, com consequente redução de remuneração. Manteve, dentro do possível, seus programas de incentivo à saúde e bem-estar de sua força de trabalho, como: alimentação balanceada e também uma opção *light* para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados (com redução da capacidade de lotação para 50% dos lugares disponíveis), assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, aulas acadêmicas, programa de ginástica e ergonomia, vacinação contra gripe, apoio ao Grupo de Corrida e apoio ao Grêmios Estudantil e de Professores. Para o desenvolvimento do projeto de emprego, a DETEN mantém um programa de Educação e Treinamento (com investimento de R\$ 360 mil em 2022). Nesse ano, todos os treinamentos foram realizados, alguns de forma presencial, e outros de maneira virtual, obedecendo a todos os protocolos de segurança, higiene e distanciamento social, em função da Covid-19, para salvaguardar a nossa força de trabalho. A Empresa manteve estágio remunerado para técnicos e universitários (4,89% do quadro de pessoal), além do programa de Oficina de Ideias/Inovações, que em 2022 premiou 4 empregados. Ainda em 2022, a DETEN manteve sua prática de pagar bonificação aos seus empregados, na forma de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Em 2022, a DIRETORIA DETEN promoveu para todos os empregados estagiários/terceiros seu tradicional evento de Reconhecimento e Premiações. Nas oportunidades foram reconhecidos e premiados os homenageados por Tempo de Serviço, Premiações por ideias/Inovações, entre outros destaques. Além de reconhecer os vencedores do 1º Chemie Awards, indicados pelos colegas como referência no ambiente de trabalho, pela empatia, trabalho em equipe, perseverança ou comprometimento. **INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA, SAÚDE, HIGIENE E MEIO AMBIENTE (SSHMA)** - A DETEN tem como principal valor a Segurança, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se como destaque no segmento químico/petroquímico. Em 2022 foram investidos mais de R\$ 6,7 milhões em projetos e equipamentos para melhorias de SSHMA na Deten. A DETEN mantém continuamente seu foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus indicadores com taxa de frequência abaixo da média das empresas do segmento em que atua. Assim, segue praticando os seguintes programas, Segurança Fora do Trabalho, *Safety Walk* e *Housekeeping*. Também desenvolve ações

ambientais, visando a redução dos consumos dos recursos naturais, através do Programa Eficiente Zero (PEZ), ações para o Dia Mundial da Água e Oficina de Saúde e Meio Ambiente (20º ano). Em 2022, a DETEN teve destaque em alguns objetivos e metas ambientais propostos para o ano: "redução contínua das emissões fugitivas (aproximadamente 6 mil pontos medidos na fonte), ações preventivas para proteção do solo e da água, além da promoção de sustentabilidade e governança corporativa através dos programas socioambientais". **RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES** - No ano de 2022, demos continuidade no Fórum de Suprimentos do Complexo Industrial de Camaçari, com o objetivo de melhorar ainda mais a Competitividade, Capacidade de Fomento e Qualidade dos produtos e serviços dos fornecedores. Além disso, a Deten continua no Programa de Qualificação das Transportadoras com uma parceria com IEL/FIEB. Com a implantação deste Programa, com nossos produtos serão transportados nas rodovias com mais segurança e qualidade. A Deten entende que este tipo de ação fortalece as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. A avaliação final dos nossos Fornecedores de Produtos e Prestadores de Serviços foi de 8,5. Baseado nos seguintes critérios: Avaliação Comercial e Técnica, Qualidade, Execução dos serviços, Segurança, Higiene e Meio Ambiente, Inovação, Responsabilidade Corporativa, Comunicação, Gestão de Contratos, Segurança Empresarial, entre outros. **SUPPLY CHAIN** - A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petrosbras Transportes S.A., o transporte, uma frota de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. Desta forma, temos a transferência em circuito 100% fechada, aumentando os níveis de segurança e com zero impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a DETEN fez uma série de ajustes em suas operações de expedição, além da aprovação de um projeto cujo objetivo é tornar a expedição e o carregamento mais seguro e moderno, diminuindo ainda mais a exposição de seus operadores e assegurando a demanda crescente por nossos produtos. **DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO** - Programa Coleta Seletiva: Doação de valor arrecadado com a venda de sucatas domésticas e óleos lubrificantes usados, por meio do Cheque Verde. Em 2022, foram arrecadados R\$ 29.502,00 (vinte e nove mil, quinhentos e dois reais), doados por meio do "Cheque Verde" para APITO - Associação Paulo Tonucci (Camaçari-BA), CEZA - Associação Centro de Ação Comunitária e

Filantropia Zilda Aranha (Camaçari-BA) e Associação Servos de Kadosh (Dias d'Ávila-BA). Em 2022, os **Voluntários** da Deten deram continuidade em algumas campanhas, como: Campanhas de Doação (material de limpeza, alimentos, óculos e outros doativos), além do incentivo à doação de sangue, com apoio da CPA e da força de trabalho. Além desses, a DETEN participou de projetos em parceria com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), que foram realizados de forma virtual: **Ver de Dentro, Programa Construindo o Futuro** (informações sobre carreiras técnicas para estudantes das comunidades vizinhas) e **Conselho Consultivo** (reuniões periódicas com representantes das comunidades vizinhas). Em dezembro de 2022, a DETEN participou do Projeto Político - COFIC realizado nas comunidades circunvizinhas ao Polo Industrial promovendo ações de bem-estar e saúde para os cidadãos. **CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS** - Certificação ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018. Em março de 2022, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - A SGA à Auditoria Externa de Recertificação nas normas de qualidade e meio ambiente e saúde e segurança ocupacional. Em dezembro de 2022 obteve a certificação na Norma ISO 50001 - Gestão da Energia. **SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos)** - A DETEN foi auditada no período de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com base nos requisitos da NBR 4.3 Portarias 537/2015 e 582/2015 do INMETRO. Para a DETEN, o SPIE representa uma elevação da segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção. **Certificação ISCC PLUS** - Em 2022, a Deten obteve a Certificação ISCC PLUS com o objetivo de verificar os requisitos sustentáveis, a rastreabilidade e balanço de massa de todo o processo produtivo, e constituir um valor agregado para demonstrar aos seus clientes a sustentabilidade dos seus produtos. **Certificação ISO 50001** - Em 2022 a Deten obteve a certificação na Norma ISO 50001 - Gestão da Energia. No dia 30/11/2022 a Deten foi submetida a auditoria externa e com base nos resultados o auditor concluiu que a empresa estabeleceu um Sistema de Gestão de Energia adequado aos requisitos desta norma. **PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS** - Em 2022, recebeu a premiação de Excelência em SSHMA na Auditoria do Prêmio Polo. Mais uma vez a Deten se manteve neste palmar. Este resultado demonstra o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA - Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	332.132	215.187
Contas a receber	5	241.096	230.199
Estoques	6	302.133	263.772
Tributos a recuperar	7	27.976	29.033
Outros ativos	-	1.788	1.762
Total do ativo circulante	-	905.123	745.953
Ativo não circulante			
Banco contas vinculadas	-	-	1.758
Estoques	6	16.005	12.698
Tributos a recuperar	7	4.365	2.951
Depósitos judiciais	15	64.003	61.582
Imposto de renda diferido	14.b	-	324
Investimentos	8	430	430
Imobilizado	9	342.763	316.383
Intangível	10	63.674	66.009
Total do ativo não circulante	-	491.340	462.135
Total do ativo	-	1.396.463	1.208.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)									
Nota	Capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	
			Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial				
Em 1º de janeiro de 2021									
Valor justo de item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos	-	-	19.817	-	-	-	-	19.817	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	488.858	488.858	-
Destinação do lucro:	-	-	-	97.087	-	-	(97.087)	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	(103.285)	(180.000)	(103.285)	(180.000)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	211.771	(211.771)	-	-
Dividendos intermediários	16.d	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	213.056	(5.740)	42.610	165.058	168.491	211.771	-	795.246
Valor justo de item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos	-	-	4.130	-	-	-	-	4.130	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	327.636	327.636	-
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	121.717	-	-	(122.063)	(346)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(211.771)	(211.771)	-	-
Dividendos intermediários	16.d	-	-	-	-	-	(140.000)	(140.000)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	65.573	(65.573)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	-	213.056	(1.610)	42.610	286.775	168.491	65.573	-	774.895

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controlador a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total). O outro acionista que detinha ações ordinárias com direito a voto (27,88% do capital total - PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.), vendeu em 05 de julho de 2022 sua participação para a Cepesa Química S.A., única sócia da Petresa Participações Ltda.. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. A Companhia é inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como uma empresa incentivada em função do incentivo fiscal FINOR. As demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pela diretoria em 21 de março de 2023. **Impactos da Covid-19** - Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada Covid-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos. No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para acompanhar e combater a propagação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a economia do país. Foi avaliado que não houve impactos sobre sua geração de caixa no exercício de 2022 e para 2023 não é esperado impacto decorrente da pandemia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. **a) Base de preparação** - As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de passivos financeiros (inclusive instrumentos de hedge) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Áreas críticas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Conversão de moedas estrangeiras** - **(i) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). **(ii) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a pagar e a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos garantidos na própria entidade. **c) Contas a receber** - As contas a receber são avaliadas com base no balanço patrimonial como «Empréstimos», no passivo circulante. **c) Atividades de hedge** - A Companhia adota contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para a proteção da volatilidade da variação cambial em seu resultado. Como objeto de hedge a Companhia designou suas exportações altamente prováveis e como instrumento de hedge a Companhia utilizou seus passivos em moeda estrangeira (Empréstimo com a Cepesa Química S.A. e Banco Itau S.A.) para fins de proteção da sua exposição cambial. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia documenta a relação econômico-financeira entre o instrumento de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo o objetivo de gerenciamento de riscos, a estratégia na contratação das políticas contábeis que serão utilizadas para avaliar a efetividade e por consequência mensurar a efetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação da relação, avaliando se o instrumento de hedge é eficaz na compensação das variações cambiais dos itens objeto de hedge pelo período para o qual o hedge é designado. A parcela efetiva das variações do fluxo de caixa do instrumento designado como instrumento de hedge é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receitas (despesas) financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos exercícios e rubricas em que o item protegido afetar o resultado. Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto, ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido e os custos de hedge acumulados no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. **d) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(i) Impairment** - A Companhia avalia, em base prospectiva, a provisão para perdas de crédito esperadas de sua carteira de dívida registrada no custo das transações ou do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em 2022, foi feito um ajuste de provisão no montante de R\$ 137 (R\$ 1.287 em 2021). **e) Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é de média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os itens de altoxalanfo são classificados como Ativo não circulante devido ao histórico de utilização. **f) Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo valor justo, ou seja, o valor efetivamente depositado judicialmente, e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na Selic até a data do encerramento do exercício. **g) Tributos a recuperar** - Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **h) Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inicial dos gastos que são objeto de ativo construído inclui o custo de aquisição, o custo de ativos construídos e o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local

e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras e andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, por taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **i) Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos que não estão sujeitos a amortizações são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. Para fins de avaliação do *impairment* de ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2022. **j) Intangível** - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: **e**) Tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; **A**) administração pretende concluir o software e usá-lo; **O**) software pode ser usado; **P**) pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros; **E**) estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software; **e**) O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não são capitalizados são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentadas na Nota Explicativa nº 10. **k) Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **l) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor liver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas quando incorridas. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor liver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas quando incorridas. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor liver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas quando incorridas. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor liver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas quando incorridas. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor liver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **n) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas quando incorridas. Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Pro**

>>>Continuação
DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ nº 13.546.106/0001-37
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

contábeis que sofreram alterações, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes: • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16); e • Reforma da taxa de juros referenciais (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). As alterações foram avaliadas e adotadas pela administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas); • Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (as alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 a serem ser aplicadas retrospectivamente); • Alterações à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (As alterações à IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023); • Alterações à IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.); • Alterações à IAS 12 - Contabilização de imposto diferido; • IFRS 17 - Contratos de seguro (a IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.); • Alterações ao CPC 37 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Custo de cumprimento de contrato - CPC 25; e • Alterações ao CPC 15 - Combinação de Negócios.

3 Estimativas e julgamentos, contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer outra forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre o lucro em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido Nota Explicativa nº 15 (b). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis** - A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego** - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras salidas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2022	2021
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	1.433	1.643
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	330.697	213.542
Total	332.132	215.187

9 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.824	19.328	246.889	169	1.583	10.430	280.223	23.272	303.495
Aquisições	-	-	-	-	-	4.645	4.645	20.537	25.182
Transferências	-	-	-	-	-	(2.798)	(2.798)	2.798	-
Depreciação	-	(399)	(11.733)	(33)	(120)	(12.294)	(24.879)	(12.294)	(48,296)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.824	18.929	235.156	136	1.463	12.268	269.776	46.607	316.383
Aquisições	-	-	-	-	-	670	670	37.892	38.562
Transferências	-	-	-	-	66	(728)	9.380	(9.380)	-
Depreciação	-	(397)	(11.632)	(30)	(114)	(9)	(12.182)	(12,182)	(24,879)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.824	18.532	223.566	106	1.415	12.201	267.644	75.119	342.763
Custo total	1.824	18.532	235.156	136	1.463	12.268	269.776	46.607	316.383
Depreciação acumulada	-	(397)	(11.632)	(30)	(114)	(9)	(12,182)	(12,182)	(24,879)
Total	1.824	18.135	223.566	106	1.415	12.201	267.644	75.119	342.763
Taxas anuais de depreciação - %	3,3	2,1	4,5	7,4	7,8	6,2	4,2	16,2	10,9

As obras em andamento correspondem, principalmente a melhorias operacionais para aumento da vida útil econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento estão previstos para 31 de dezembro de 2023.

10 Intangível

	Licenças de software (a)	Marcas e patentes	Licença de tecnologia (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.962	81	52.057	67.100
Aquisições	989	-	-	989
Amortização	(2.080)	-	-	(2.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.871	81	52.057	66.009
Aquisições	111	-	-	111
Transferências	(676)	-	676	-
Amortização	(2.166)	-	-	(2.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.860	81	52.733	63.674
Custo total	31.613	81	52.733	84.427
Amortização acumulada	(20.753)	-	-	(20.753)
Total	10.860	81	52.733	63.674
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-

(a) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados; e (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição de licença com terceiros não estabelece prazo para uso de tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo.

11 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores no país	30.228	28.521
Fornecedores no exterior	56	480
Fornecedores partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	37.397	80.227
Total	67.681	109.228

12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	Encargos financeiros	2022	2021
Passivo circulante			
Moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (I)	U.S. dólar + juros de 1,90% a 6,10% a.a.	8.874	18.497
Banco Itaú (iii)	U.S. dólar + juros 5,04% a.a.	3.693	15.824
Moeda nacional			
Banco do Brasil (ii)	6,5% a.a.	4.006	4.056
Total		16.573	38.377
Passivo não circulante			
Moeda estrangeira			
Banco Itaú (iii)	U.S. dólar + juros 5,04% a.a.	-	3.938
Moeda nacional			
Banco do Brasil (ii)	6,5% a.a.	7.898	11.846
Total		7.898	15.784
Total		24.471	54.161

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (ii) Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$ 15.808. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025; e (iii) Em fevereiro de 2014 a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 42.000, equivalente a USD 11.290, com a finalidade de substituir o financiamento contratado do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. A última parcela do empréstimo vence em março de 2023. **a) Garantias:** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que visa a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. **b) Cláusulas restritivas financeiras:** • Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. **c) Capitalização de Juros:** A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2020	Adição	Amortização	Juros	Varição cambial	Transferência	2021
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	10.527	158.214	(151.314)	14	1.057	-	18.497
Banco do Brasil	5.914	-	(3.692)	(269)	-	2.103	4.056
Itaú	14.790	-	(15.255)	(49)	1.941	-	14.397
Total	31.231	158.214	(170.261)	(304)	2.997	-	38.377
Não circulante							
Banco do Brasil	13.949	-	-	-	-	(2.103)	11.846
Itaú	18.335	-	-	-	-	(14.397)	3.938
Total	32.284	-	-	-	-	(16.500)	15.784
Total	63.515	158.214	(170.261)	(304)	2.997	-	54.161
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	18.497	254.900	(261.419)	45	(3.155)	-	8.868
Banco do Brasil	4.056	-	(3.692)	(307)	-	3.949	4.006
Itaú	15.824	-	(14.353)	(659)	-	3.938	3.699
Total	38.377	254.900	(279.464)	(317)	(4.810)	-	16.573
Não circulante							
Banco do Brasil	11.846	-	-	-	-	(3.949)	7.898
Itaú	7.898	-	-	-	-	(3.938)	3.938
Total	19.744	-	-	-	-	(7.887)	11.846
Total	54.161	254.900	(279.464)	(317)	(4.810)	-	24.471

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
2023	-	7.898
2024	3.949	3.949
2025	3.949	3.949
Total	7.898	15.784

13 Partes relacionadas

	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo circulante	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes						
Acionistas e controlada:						
Cepsa Química S.A. (I)	23.258	-	36.452	78.930	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. (iii)	-	-	945	1.297	-	-
Total	23.258	-	37.397	80.227	-	-
Transações						
Vendas de produtos						
2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Acionistas e controlada:						
Cepsa Química S.A. (I) e (ii)	142.497	113.663	-	-	961.691	610.006
Petróleo Brasileiro S.A. (iii)	-	-	-	-	24.561	165.948
Total	142.497	113.663	-	-	986.252	775.954

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. **b) Transações e saldos** - (i) As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de LAB - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Pesado. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB - Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Controladora Cepsa Química S.A. (controladora direta utilizada para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia.) (ii) Referente a empréstimo da controladora Cepsa Química S.A., como fonte complementar de recursos para a ampliação da

Em 31 de dezembro de 2022, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 98,98% (98,87% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas e resgatáveis no prazo de 90 dias da data de aplicação e foram contratadas em condições normais com instituições financeiras, sendo que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

5 Contas a receber

	2022	2021
Clientes no país	213.832	195.408
Clientes no exterior	30.592	38.256
Total	244.424	233.664
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.328)	(3.465)
Total	241.096	230.199
A vencer	241.096	231.610
Vencidos	-	-
Até 30 dias	217	83
De 30 a 60 dias	207	69
De 61 a 90 dias	75	1.469
Acima de 90 dias	2.433	-
Acima de 300 dias	-	433
Total	244.424	233.664

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(3.465)	(2.178)
Movimento	137	(1.287)
Saldo final	(3.328)	(3.465)

6 Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	110.297	117.293
Produtos em processo	3.214	2.104
Matérias-primas	95.702	88.491
Almoxarifado (a)	34.901	28.135
Importações em andamento (b)	35.883	47.733
Adiantamento a fornecedores	11.320	856
Materiais secundários	26.831	11.869
Total	318.138	296.470
Circulante	302.133	283.772
Não circulante	16.005	12.698

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPs). As peças de proteção material não armazenado cuja expectativa de consumo supera um (um) estão classificadas no ativo não circulante. Existem poucos itens identificados como sem utilidade para a Companhia, para os quais foi constituída provisão para perda no valor de R\$498 (R\$498 em 2021); e (b) Refere-se à importação em andamento de matéria prima e peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 1.789.991 (R\$ 1.305.511 em 2021) conforme Nota Explicativa nº 18.

7 Tributos a recuperar

	2022	
--	------	--

>>>Continuação
DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ nº 13.546.106/0001-37

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Custo de benefício definido		
Custo de serviço corrente	18	15
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(51)	(27)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(18)	(4)
Custo do benefício definido	(51)	(17)
Outros resultados abrangentes		
	2022	2021
(Ganhos)/perdas atuariais de evolução do passivo	(25)	4
(Ganhos)/perdas atuariais de alterações de hipóteses	(1)	(4)
(Ganhos)/perdas atuariais que surgiram no período	-	-
Rendimento sobre os ativos do plano (maior)/menor que a taxa de desconto	(1)	14
Mudança no superávit irrecuperável	8	(19)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(19)	(4)

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos e o referido plano foi encerrado em 2021. Até a presente data, as demonstrações contábeis da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Importância segura
Ramos	50.000
Responsabilidade civil	4.349.214
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes (US\$ 834 mil)	45.000
Responsabilidade civil administradores e diretores	330
Veículos	43.849
Garantia Judicial	
Total	4.488.393

25 Gestão de risco financeiro

25.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Deten Química S.A.** Camaçari - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Deten Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria no exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. **Ausência de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** - A Companhia não efetua o recolhimento dos valores referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que considera ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da referida contribuição. Contudo, a Secretaria da Receita Federal (SRF) argumenta que a sentença transitada em julgado não resguarda a Companhia. Neste contexto, a Companhia recebeu autuações referentes aos exercícios fiscais de 1997 a 2020, pelo não recolhimento da CSLL, que montam em R\$524.000 mil atualizados em 31 de dezembro de 2022. A Companhia vem realizando depósitos judiciais no âmbito dos referidos processos os quais totalizavam R\$50.382 mil em 31 de dezembro de 2022. Contudo, em 08 de fevereiro de 2023, houve a "Atribuição dos Efeitos da Coisa Julgada" pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), determinando que sentenças consideradas definitivas podem ser alteradas e com base nisso, em 13 de fevereiro de 2023, a CVM emitiu a Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP com orientações sobre os aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal sobre algo julgado em matéria tributária. O referido Ofício Circular refere-se à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual decisão transitada em julgado, denominada "coisa julgada" sobre tributos recolhidos continuamente (cuja arrecadação é renovada periodicamente), perde seus efeitos se o Tribunal decidir no artigo direção oposta. Mesmo perante o entendimento dos advogados externos, os quais não classificam a probabilidade de perda como provável, a Companhia seguindo a orientação do ofício circular da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) reconheceu a provisão passiva no montante de R\$313.169 mil em 31 de dezembro de 2022, referente ao período de 2007 a 2022, em função da constitucionalidade da CSLL. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção da documentação suporte original relacionada a sentença judicial transitada em julgado; (ii) obtenção dos relatórios dos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o posicionamento com relação a probabilidade

a) Risco de mercado - Risco de taxa de câmbio: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 30.592 e R\$ 49.075 (R\$ 38.256 e R\$ 114.211 em 2021), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data. **b) Risco de crédito** - A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas. **c) Risco com taxa de juros** - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2022, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 11,75%, cenário provável para o ano de 2022, ante a taxa atual de 13,75%. Os números atuais e projetados da Selic representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam conter a inflação no país. **d) Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDBs") de curto prazo no montante de R\$330.697 (R\$ 213.542 em 2021), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

	Efeito			
	Cenário	Cenário II	Cenário III	
Risco taxa de juros				
Instrumento/operação	CDI provável	provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	13,75%	45.471	56.839/34.103	68.206/22.735
Efeito total líquido		45.471	56.839/34.103	68.206/22.735
Risco cambial				
				Efeito
Instrumento/operação	Dólar provável	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes/Add a fornecedores no exterior	5,25	117	7.794/(7.561)	15.471/(15.238)
Empréstimos e financiamentos - ACC	5,25	(48)	(3.201)/3.106	(6.355)/6.259
Efeito total líquido		69	4.593/(4.455)	9.116/(8.979)

Conselho de Administração

Paloma Alonso Casillas
 Presidente
José María Cuadro Sáez
Salvador García Claros

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

de perda do processo judicial em curso; (iii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise do processo em andamento; (iv) validação da existência e atualização dos depósitos judiciais relacionados ao assunto; e (v) avaliação das divulgações sobre o assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo relacionado à contribuição social sobre o lucro líquido, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o procedimento adotado pela administração, assim como os respectivos registros e divulgações na Nota Explicativa nº 15(b), são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	2022	2021
Instrumentos financeiros		
Ativos:		
Contas a receber	241.096	230.199
Caixas e equivalentes de caixa	332.132	215.187
Bancos conta vinculada	-	1.758
Depósitos judiciais	64.083	61.582
Total	637.311	508.726

	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
	2022	2021
Instrumentos financeiros		
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	24.471	54.161
Fornecedores e outras obrigações	51.333	47.194
Fornecedores partes relacionadas	37.397	80.228
Total	113.201	181.583

25.3. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	24.471	54.161
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(332.132)	(215.187)
Dívida líquida	(307.661)	(161.026)
Patrimônio líquido	1.088.065	795.246
Total do capital	780.404	634.220
Índice de alavancagem financeira - %	-39,42	-25,39

25.4. Hedge accounting - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa para a proteção da variação do risco de taxa de câmbio de empréstimos. A Companhia, correlacionará a variação do seu objeto de hedge para proteger a exposição ao Dólar decorrente dos empréstimos e recebíveis em moeda estrangeira. O impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólares derivados destas exportações altamente prováveis será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado com essa variável do câmbio. O instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2022, corresponde a R\$ 3.693, e a parcela efetiva da variação cambial de empréstimo designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa, reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", corresponde a R\$ 1.610.

Diretoria

Jorge Francisco Velasco Lopez - Diretor Geral

Controller

Silvio Roberto Romão da Silva - CRC - Ba - 19.522/O-8 - TC

de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campanas, 22 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-025.583/O-1
João Henrique Schenk
 Contador CRC 1SP-202.127/O-8



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 22/11/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC DIGITALSIGN RFB G3

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

473 Deten_Jr.Atarde_2023.pdf

Código do documento: 473



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Registro de Eventos:

21 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 473

Criado por: Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-20T21:01:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:09:03 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL
EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
DIGITALSIGN RFB G3

DATE_ATOM: 2023-11-22T12:09:03-0300

Hash do documento original

[SHA256] : b96f9108894d69ca05fb2b430eee8be9efa66b4fbc2da2dce2a35365a75cb1a

[SHA512] : cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3